



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sexta-feira, 3 de agosto de 2012

JORNAL DO COMMERCIO	
CAPA	1
JORNAL DO COMMERCIO	
MPs devem dominar pauta de votações	2
POLITICA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Atraso no pacote traz apreensão	3
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Atraso no pacote traz apreensão (continuação)	4
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Follow-Up	5
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Empresários consideram plano insuficiente	6
ECONOMIA	
A CRITICA	
Arrecadação crescerá de 2% a 4%	7
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
IPI maior reflete na produção de splits	8
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
IPI maior reflete na produção de splits (continuação)	9
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
IPI maior reflete na produção de splits (continuação)	10
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
Dívida ativa	11
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
CAPA	12
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Mercado de moto tem pior resultado em cinco anos	13
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Mercado de moto tem pior resultado em cinco anos (continuação)	14
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Rápidas	15
ECONOMIA	

Manaus, sexta-feira, 3 de agosto de 2012.

CAPA

Setor de duas rodas quer pacote anticrise

Enquanto o governo federal não conclui estudo sobre o pacote de medidas de ajuda, o setor de duas rodas mantém números negativos no

desempenho deste ano. No próximo dia 5, as fábricas que compõem o setor de duas rodas do PIM (componentistas e de bens finais) completam

um mês de espera pelo plano emergencial que promete 'salvar' o segmento da crise. Foram demitidos 1.946 funcionários nos primeiros sete

meses do ano. De acordo com dados do Sindmetal, mais da metade dos desligamentos (1.012 postos) correspondem à Moto Honda.

Página A5

Manaus, sexta-feira, 3 de agosto de 2012.

MPs devem dominar pauta de votações

Líder do governo, Eduardo Braga explicou que demais projetos só poderão ser votados se houver uma "janela"

A primeira semana de esforço concentrado do Senado Federal durante o período eleitoral, prevista para ter início na próxima terça-feira (7), será dedicada à votação das Medidas Provisórias 563/2012 e 564/2012. As matérias tratam de desoneração de setores econômicos da contribuição previdenciária patronal relativa à folha de pagamento e de ações de estímulo à indústria nacional, todas previstas no Plano Brasil Maior.

Em entrevista coletiva, o líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM), explicou que os demais projetos que constam da pauta do Senado só poderão ser votados se houver uma "janela" de votação ao longo da próxima semana. Isso porque, uma vez votadas as duas MPs que trancam a pauta do Plenário, é grande a chance de que uma terceira medida provisória,

a MP 565/2012, que institui linhas de crédito especiais para os Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, seja aprovada pela Câmara e encaminhada ao Senado já nos próximos dias, o que voltaria a trancar a pauta e impedir votações de matérias comuns.

"Há entendimento entre líderes de oposição e da base de que faremos a votação das MPs 563 e 564, que contêm incentivos financeiros, entre os dias 7 e 8 de agosto. Mas, se a Câmara votar a MP 565/2012, que complementa a 563 e a 564, e ela chegar ao Senado durante a semana, será lida e trancará a pauta de novo. Tudo vai depender do ritmo de votação das novas MPs que estão na Câmara. Se não houver pauta livre na quinta-feira (9), não teremos como votar outras matérias. Mas, se conseguirmos janela de pauta de votação, ai faremos o entendimento para

as matérias", afirmou.

Cotas em universidades

Na pauta de votação do Senado constam, além das MPs, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 33/2009, que reabre a exigência de diploma para o exercício da profissão de jornalista; o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 180/2008, que estabelece cotas raciais e sociais para ingresso nas universidades federais; entre outros projetos.

Eduardo Braga ressaltou, no entanto, que no curto calendário aprovado pelo Senado para o período eleitoral será difícil aprovar outros projetos que não sejam medidas provisórias ou propostas de consenso. Até outubro, os senadores terão apenas 12 sessões de votação em Plenário, distribuídas em quatro semanas de esforço concentrado. Em setembro, a Casa volta a reunir entre os dias 11 e 13 e, em outubro, as sessões



Foto: Jonas Pereira/Agência Senado

Eduardo Braga (PMDB-AM) é o líder do governo federal no Congresso

ocorrerão entre o primeiro e o segundo turno das eleições, dia 16 ao dia 18. "Sendo bastante pragmático, as sessões serão tomadas basicamente por medidas provisórias ou projetos e PEC com amplo entendimento de votação. Aquilo que não tenha entendimento de votação terá grande dificuldade de ser votado", alertou o senador, assegurando que os trabalhos na Casa não serão contaminados pelo julgamento dos acusados de envolvimento no escândalo do mensalão, a ter início esta semana no Supremo Tribunal Federal.

Depois da eleição

Eduardo Braga lembrou ainda

que, terminado o mês de outubro e o processo eleitoral, o Senado ficará com a pauta voltada para temas que possuem prazos específicos, como a votação da Lei Orçamentária de 2013, as novas regras do FPE (Fundo de Participação dos Estados) e do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) e o retorno da discussão sobre os royalties, atualmente em análise na Câmara. Sobre o Orçamento de 2013, o senador foi otimista. Disse acreditar que a distribuição dos recursos da União para o próximo ano se dará dentro do que foi aprovado pelo Congresso Nacional no primeiro semestre com a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Braga afirmou que, segundo analistas econômicos, as medidas de incentivo ao consumo e a investimentos públicos e privados adotadas pelo governo federal nos últimos meses começaram a dar resultado nos próximos 12 meses.

Atraso no pacote traz apreensão

Por Juliana Geraldo

No próximo dia 5, as fábricas que compõem o setor de duas rodas do PIM (componentistas e de bens finais) completam um mês de espera pelo plano emergencial que promete 'salvar' o segmento da crise.

Apesar de algumas medidas do pacote econômico estarem pré-definidas, a previsão inicial da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus) de um plano concreto para o dia 5 de julho não se cumpriu. A assessoria da autarquia informou que um novo prazo ainda não foi definido. A decisão final deve partir do governo federal que ainda estuda as propostas.

Enquanto isso, o polo de duas rodas já demitiu 1.946 funcionários nos primeiros sete meses do ano. De acordo com dados do Sindmetal (Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas), mais da metade dos desligamentos (1.012 postos) correspondem à Moto Honda, principal fabricante do segmento em Manaus. Outros 311 postos foram eliminados pela Yamaha. Os 623 cargos restantes foram subtraídos das demais empresas do setor.

O segmento metalúrgico, diretamente ligado à fabricação de motocicletas, também sentiu o 'baque' no período. Ao todo, foram 3.712 desligamentos, sendo 1.215 demissões homologadas somente no mês de julho.

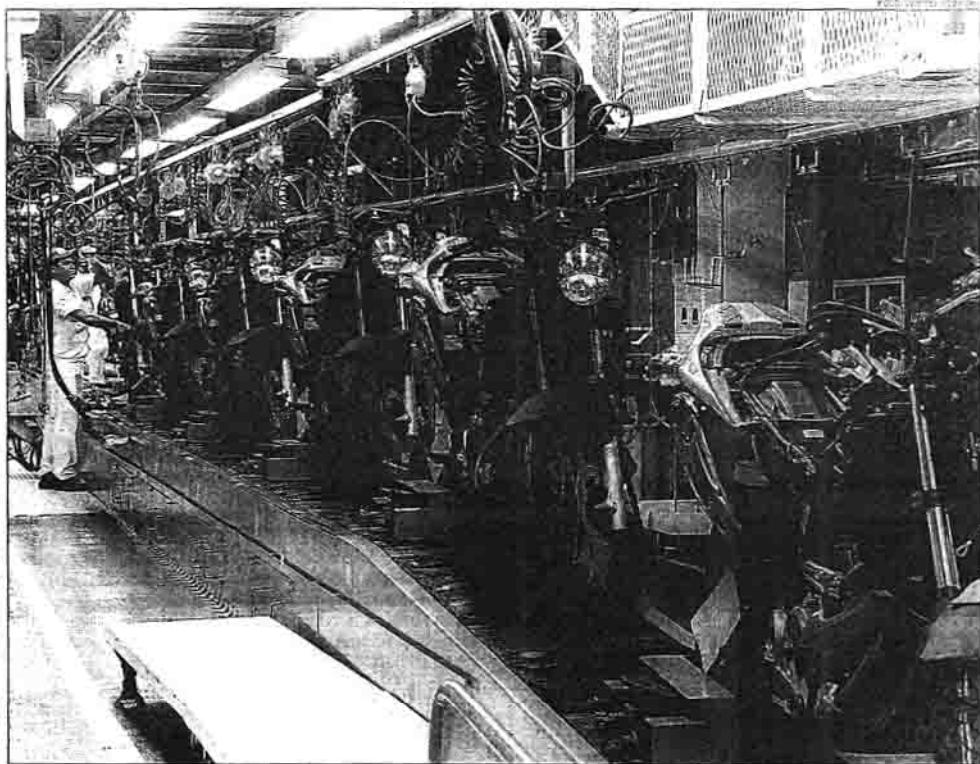
O maior volume de férias coletivas também vem do polo de duas rodas com concessões para 20 mil funcionários entre junho e julho, ou seja, 80% do setor.

"Não está dando mais para segurar", lamentou o presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Eletrônicos de Manaus (Simmen), Athaydes Mariano Félix.

Ele conta que as empresas estão, como última medida, diminuindo os dias trabalhados para quatro vezes por semana como forma de evitar as demissões mas admite que o estoque nas lojas segue alto e que o descompasso entre a quantidade de motos produzidas e vendidas ainda é muito grande.

Manaus, sexta-feira, 3 de agosto de 2012.

Atraso no pacote traz apreensão (continuação)



Um grande banco está sendo avaliado para facilitar o financiamento bancário para motocicletas, principal problema do segmento

O presidente do Sindmetal-AM, Valdemir Santana, revela que é a primeira vez na história do PIM, que algumas das fábricas concedem férias coletivas de 50 dias.

Sem revelar o nome, ele conta que uma das empresas do polo de duas rodas concedeu férias coletivas para 1.300 funcionários que deveriam voltar no inicio desse mês.

No entanto, pelo menos 500 empregados devem permanecer mais 20 dias em casa, totalizando 50 dias de recesso.

"O ministro Guido Mantega prometeu uma solução rápida, mas já se passou um mês e nada", ressaltou.

Ele pondera que o pacote já deveria estar pronto, mas acresita que por ser a primeira vez que o setor passa por uma crise tão grave está sendo difícil ade-

quar um plano de ação.

O dirigente lembra ainda que a medida já aprovada pelo Governo Federal que alterou a alíquota da IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) para motos deveria ficar pronta em novembro do ano passado mas só foi aprovada em maio desse ano.

"Se esse pacote seguir o

Empresas estão diminuindo os dias trabalhados para quatro vezes por semana como forma de evitar as demissões

mesmo ritmo e tivermos os benefícios apenas em dezembro não adianta. Tem que ser agora para que os efeitos possam ser sentidos o mais breve possível. Com mais de 5 mil demitidos, fica cada vez pior esperar", alertou.

O pacote

Em reunião desde o final de junho, representantes dos governo estadual e federal, Abraciclo (Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares) e Suframa já desenham algumas soluções. O governo do Estado, por exemplo, definiu a desonerização do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) da energia elétrica e a prorrogação do pagamento do tributo em até 60 dias.

A Suframa deve prosseguir com a Suspensão do TSA (Taxa de Serviços Administrativos) para as empresas do segmento até dezembro deste ano e o Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) estuda desonerar o PIS/Cofins (Programa de Integração Social/ Contribuição para Financiamento da Seguridade Social).

Com a desoneração, o resultado é que o setor industrial terá que aumentar a produção para cumprir com a meta de vendas, principal problema do segmento.

Todas as medidas serão transitórias, podendo chegar a 150 dias no máximo. E a efetivação só deve ocorrer com o compromisso das empresas do setor em não demitir mais funcionários.

Dados

PRODUÇÃO

De acordo com a Abraciclo no primeiro semestre, a produção de motocicletas pelo Amazonas já caiu 10,26% (contra 967.901 mil unidades contra 1.078 milhão de motocicletas em igual período do ano passado).

Ainda segundo a associação, a Moto Honda (responsável por 80,27% do total fabricado no país), registrou queda de 8,10% no acumulado do ano, quando 776.931 unidades saíram das fábricas. No ano passado, no mesmo intervalo, 845.445 motos foram fabricadas.

Por dentro

HOMOLOGAÇÕES

Ao todo, o Sindmetal homologou 14.002 demissões nos primeiros sete meses de 2012 (8.927 homens e 5.027 mulheres), 90% a mais em relação ao mesmo período do ano passado, quando 7.369 operários foram demitidos.

O polo eletroeletrônico 'liderou' a lista com 9.124 desligamentos, seguido do setor metalúrgico (-3.712 vagas) e do polo de duas rodas (-1.946 postos de trabalho).

1º	Moto Honda	-1.012 postos
2º	LG	-600 postos
3º	Semp Toshiba	-477 postos
4º	Elysys	-409 postos
5º	Samsung	-408 postos
6º	Electrolux	-383 postos
7º	Elcoteq	-369 postos
8º	Jabil	-360 postos
9º	PST	-323 postos
10º	Yamaha	-311 postos

Manaus, sexta-feira, 3 de agosto de 2012.

Follow-Up



Tributos e Retorno Social

O Brasil cobra mais tributos que os outros países do grupo Brics, os vizinhos da América Latina e a maior parte das nações ricas. Sua carga fiscal só é superada por alguns países europeus que criaram um amplo estado de bem-estar social para assistir a população – em processo de desmonte com a crise atual.

Em 2011, o Brasil arrecadou US\$ 704,1 bilhões em tributos, ou 34% do PIB. O percentual é bem superior aos 12% da Índia, 19% da Rússia e 24% da China, tendo ficado acima da prática no México (10%) e nos EUA (24%). Também supera a média dos países do G-8 (29%). De uma lista de 23 países, o Brasil só cobra menos tributos que a França (44%), a Itália (43%), a Ale-

manha (43%) e a Holanda (38%).

Temos uma carga tributária elevadíssima se comparado com emergentes e até com países ricos, o que não só reduz a competitividade de nossas exportações, mas também de nossa indústria no mercado doméstico frente aos produtos importados. Especialistas em tributos afirmam que a carga fiscal do Brasil não é apenas alta em relação a outros países, mas é também de má qualidade e regressiva, com maior peso onerando os mais pobres, que acabam pagando proporcionalmente mais que os ricos porque consomem fatia muito maior de sua renda. Do total arrecadado pelo país, cerca de 30% são tributos

indiretos (recaem sobre o consumo), enquanto nos países avançados os diretos – que incidem sobre a renda – são a maior parcela da arrecadação.

Os impostos indiretos são mais fáceis de arrecadar, incidem sobre as empresas e politicamente são menos sensíveis. No sistema anacrônico que adotamos, a percepção do cidadão sobre o custo tributário é menor. Até o governo Sarney, a carga tributária do Brasil era parecida com a dos EUA (24%). Mas, após a Constituição de 1988, foram criados vários tributos, como PIS/Cofins e a extinta CPMF, e estendidos outros, como o ICM (que passou a incidir sobre serviços e se transformou no ICMS).

Em suma, a carga tributária brasileira é altíssima, principalmente se levarmos em conta o tamanho da renda média do país. E o pior é que dá um baixo retorno para a população – a baixa qualidade dos serviços públicos. Ao mesmo tempo em que pagam tributos elevados, muitos brasileiros arcaram com custos de serviços priva-

dos que caberiam ao governo (saúde, educação, transporte coletivo, segurança etc.).

Para medir o aproveitamento tributário na prestação de serviços públicos, o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário criou o Índice de Retorno de Bem-estar

**Temos uma
carga tributária
elevadíssima se
comparado com
emergentes e até
com países ricos**

à Sociedade (Irbes) que cruza dados da carga tributária e do Índice de Desenvolvimento Humano. Entre os 30 países que possuem as maiores cargas tributárias, o Brasil é o que oferece pior retorno da arrecadação em serviços públicos para a população, o que deveria envergonhar o governo brasileiro. Austrália e EUA lideram o ranking do Irbes.

Juros abusivos

Apesar das quedas na Selic, o Brasil tem a maior taxa média de juros cobrada por cartões de crédito ante seis países da América Latina (Argentina, Chile, Colômbia, Peru, Venezuela e México), segundo levantamento feito pela associação de defesa do consumidor Pro Teste. O brasileiro que recorre ao cartão para financiar suas contas paga uma taxa média de juro anual de 323,14%. O Peru, o segundo entre os pesquisados a ter valor maior, cobra 55% ao ano, o Chile 54,24%, a Argentina 50%, a Venezuela 33% e a Colômbia, o menor percentual, 29,23% ao ano. Caso a taxa brasileira caísse pela metade, ainda assim seria maior que o dobro do segundo colocado, o Peru (55%), disse o Pro Teste em nota. Por quê?

Cientista cético muda

Conhecido cético sobre as causas humanas das mu-

danças climáticas, o cientista americano Richard Muller mudou de postura ao afirmar (em 30/07) que agora acredita que os gases de efeito estufa são responsáveis pelo aquecimento global. "Não esperava isto, mas, como cientista, acho que é meu dever permitir que a evidência mude minha opinião", disse Muller, professor de física na Universidade da Califórnia, em Berkeley (EUA), em um comunicado. Muller integra uma equipe de cientistas que estuda como as mudanças de temperatura podem estar ligadas com a atividade humana ou com fenômenos naturais (atividade solar e vulcânica). Em artigo no The New York Times, Muller se definiu como "um cético convertido" e explicou como passou de um cientista que questionava a "própria existência do aquecimento global" a um que apoia a maioria da comunidade científica e acredita que o aquecimento atmosférico é "real".

Esta coluna é publicada às quartas, quintas e sextas-feiras e é elaborada sob a coordenação do economista Ronaldo Bomfim, cieam@cieam.com.br e rbomfim@hotmail.com

Empresários consideram plano insuficiente

Programa é considerado incompleto para garantir crescimento da indústria, diante dos entraves existentes no setor

Lançado há um ano, o Plano Brasil Maior, programa do governo de incentivo à indústria nacional, tem impacto limitado e é insuficiente para aumentar a competitividade do país. A avaliação consta de pesquisa divulgada ontem pela CNI (Confederação Nacional da Indústria) com 784 empresas de todo o país.

De acordo com o levantamento, poucos empresários têm pleno conhecimento das medidas de estímulo. Apenas 8,2% dos entrevistados sabem do plano detalhadamente. A pesquisa constatou ainda que 34,6% conhecem as medidas, mas não em profundidade, e que 19,3% dos empresários desconhecem o plano.

Além da falta de esclarecimento, as medidas econômicas enfrentam outra barreira: a falta de impactos efetivos. Segundo a pesquisa, entre aqueles que conhecem o plano,

75,2% disseram que não sentiram os efeitos na própria empresa e 57,5% informaram não terem sentido o efeito sobre a indústria como um todo.

Os empresários sugerem que o governo aprofunde as medidas de estímulo, com a ampliação da desoneração da folha de pagamento, a simplificação do sistema tributário

res do serviço e da indústria. A medida provisória, no entanto, precisa ser votada pelo Congresso em duas semanas para não perder a validade. Além da desoneração da folha de pagamento, o Plano Brasil Maior conta com medidas de incentivo às exportações e à fabricação de bens de capital (equipamentos usados na produção).

De acordo com a CNI, as avaliações são menos otimistas quando o empresário fala da própria empresa porque as medidas são

e da legislação trabalhista e a redução dos custos da energia. O Plano Brasil Maior desonerou a folha de pagamento de quatro setores da indústria. Em vez de a contribuição previdenciária incidir sobre a folha de pagamento, a cobrança se dará com base no faturamento das empresas.

Em abril, o governo estendeu o benefício a outros 11 seto-

destinadas apenas a determinados setores da economia, sem alcançar a maioria dos setores industriais. Os empresários também se preocupam com o caráter temporário de determinadas medidas como o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra), que acaba em 31 de dezembro.

Manaus, sexta-feira, 3 de agosto de 2012.

Arrecadação crescerá de 2% a 4%

Isper Ibrahim disse que se crescimento da receita tributária esperado for confirmado, o Amazonas encerra o ano "muito bem".

RENATA MAGNETI
renatamagnetti@acritica.com.br

A arrecadação tributária estadual encerrará o ano com crescimento nominal entre 2% a 4%, ante o total de R\$ 6,4 bilhões arrecadados em 2011, segundo o secretário de Estado da Fazenda, Isper Ibrahim. Em julho, a receita tributária teve crescimento nominal de 4,4%, quando foram arrecadados R\$ 600 milhões, frente aos R\$ 536 milhões de julho de 2011.

No mês passado, a Sefaz recolheu de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que representa 93% da receita, um montante de R\$ 548 milhões. Em julho de 2011, se arrecadou R\$ 492 milhões.

O ICMS é recolhido das fontes econômicas do Estado: indústria, comércio e serviço. Em julho desse ano, o fisco arrecadou da indústria R\$ 210 milhões e, em 2011, R\$ 236 milhões. O comércio fechou o mês passado com um total de R\$ 276 milhões, frente ao R\$ 204 milhões do ano passado. No setor de serviços, o fisco recolheu em julho desse ano R\$ 61 milhões e em 2011, R\$ 51 milhões.

Busca rápida

Arrecadação histórica

Em junho a Sefaz comemorou a arrecadação recorde de R\$ 639 milhões, frente aos R\$ 522 milhões no mesmo período em 2011. Porém, apontaram crescimento menor para o mês de julho e para o mês de agosto. No acumulado do ano, até julho, o fisco Estadual já recolheu R\$ 3.923.601.281.

Na avaliação do secretário da Sefaz, a situação é um reflexo da conjuntura econômica do País. "Os dados não maquiaram nada. Temos um problema na indústria e o polo de duas rodas é o que retrai o crescimento, seguido do setor de eletroeletrônico".

Isper disse que o Estado da decidiu estender a isenção de ICMS para as fábricas componentistas do polo de duas rodas, como uma das medidas do pacote para o setor, mas que aguarda



Euzivaldo Queiroz / 31/mar/2009

o posicionamento do Governo Federal. "O pacote vem de Brasília que deve apresentar medidas referente à PIS/Cofins e a medida estadual está agregada a decisão federal", ressaltou.

O secretário disse ainda que a medida de isenção deve ser estendida até o final do ano. "Se chegarmos em dezembro e vermos que necessitam de um prazo maior para recuperar a produção, devido a falta de crédito que paralisou o setor, podemos estendê-lo. Bem como, nos unirmos a decisão federal de esten-

der a isenção do imposto a de mais setores", acrescentou.

Quanto à arrecadação do comércio e serviço, Isper, disse que os setores tem apresentado crescimento esperado. O mesmo acredita que deve acontecer nos próximos meses com a indústria, dado ao fato de o segundo semestre ser o mais positivo economicamente. Segundo ele, devido as compras de Natal e à preparação da indústria para atender a demanda nacional se produz mais e se injeta mais dinheiro no Estado. "Diante de todo este cenário, nosso crescimento deve variar entre 2% a 4% e estando nessa faixa de arrecadação, iremos encerrar 2012 muito bem", ponderou Isper.

COMPOSIÇÃO

Além do ICMS, compõe a Receita Tributária o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) que respondeu em julho por R\$ 28 milhões, o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) que resultou em R\$ 21 milhões, o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens e Direitos (ITCMD) que fechou em R\$ 946 mil e as taxas responderam por R\$ 254 mil.

Acerto de contas com o fisco

O Projeto de Lei Complementar (PL) 12/2012 que altera o prazo de inclusão de débitos com a Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) reduzindo de cinco anos para 90 dias deve ser votado na próxima semana pelos deputados na Assembleia Legislativa do Amazonas (ALE-AM).

Atualmente, a Sefaz sugere a negociação ao devedor e, posterior a isso, aplica um auto de infração. Após cinco anos de negociação, o débito é incluso na dívida ativa.

Além do PL 12/2012 estabelece que com débito não negociado no prazo de 90 dias o montante será incluso automaticamente na lista dos devedores do fisco estadual. "Há débitos em aberto da época da Zona Franca. A tecnologia nos auxilia a cobrar de maneira mais rigorosa os devedores", afirmou o secretário Isper.

Na avaliação do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Amazonas (OAB/AM), Fábio de Mendonça, o projeto fere a constituição e trará prejuízos ao contribuinte.

Manaus, sexta-feira, 3 de agosto de 2012.

IPI maior reflete na produção de splits

 RICHARD RODRIGUES

Equipe EM TEMPO

As medidas do governo federal de garantir a competitividade das empresas nacionais refletem no Polo Industrial de Manaus (PIM). Após os altos e baixos na produção de condicionador de ar split, a Whirlpool anunciou, ontem, o início de mais uma nova linha do produto neste mês. A ampliação deverá elevar em 16% a capacidade produtiva da multinacional e alavancar a geração de empregos na capital amazonense.

De acordo com o gerente-geral de Manufatura da Whirlpool em Manaus, Evandro Cavalieri, na nova linha de montagem, que está em operação desde o dia 30 de julho, o processo de produção manual é substituído por um fluxo automatizado, o que proporciona à indústria uma produção sequenciada e mais orgânica. "Além disso, o novo processo agiliza a produção, o que representa um ganho de 16% na industrialização dos equipamentos", relatou:

O executivo se mostrou otimista com a produção dos equipamentos que toma maior fôlego no segundo semestre por conta do verão, mas salientou que o projeto saiu do papel depois de governo federal anunciar medidas para incentivar a produção

de itens como os splits, que vinham sofrendo com a importação de produtos estrangeiros. "Essa empreitada só foi possível após o governo federal anunciar a elevação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para produtos importados um mês depois das negociações com as empresas do setor. Diante disso, a nossa expectativa é, além de continuar investindo em inovações, garantir que

PROTEÇÃO

A “ajuda”, publicada na edição de 31 de maio do Diário Oficial da União, eleva para 35% o IPI para motocicletas, micro-ondas e condicionadores de ar. Medida entra em vigor no próximo mês

os consumidores das marcas Brastemp e Consul recebam produtos com alta qualidade e desempenho", frisou.

Cavalieri destacou, ainda, que o mercado está mais competitivo, o que exigiu também a expansão da produtividade Whirlpool no PIM, que, segundo ele, deverá continuar recebendo investimentos da multinacional voltados para a fabricação dos itens das marcas fabricadas no parque fabril.

Manaus, sexta-feira, 3 de agosto de 2012.

IPI maior reflete na produção de splits (continuação)

Empregos e demais produtos

Além de ganhar uma nova linha de produção, a iniciativa da Whirlpool também elevou a geração de empregos na unidade da empresa em Manaus. Para a empreitada, foram abertos 280 postos de trabalho e a multinacional passou a ser responsável pelo emprego de 1,5 mil pessoas.

Sobre os equipamentos a serem fabricados na nova linha, o gerente da Whirlpool informou que o projeto atenderá à produção dos modelos de condicionadores de ar splits produzidos em território manauense.

Ao todo são mais de 20 modelos da marca Consul. "A linha recém-inaugurada, que foi projetada para a industrialização dos itens já existentes no mercado, irá incorporar também o eventual lançamento de novos produtos", pontuou.

Conforme a Whirlpool, a produção da linha de condicionadores de ar split foi iniciada na unidade Manaus em 2005. A planta ainda é responsável pela produção de toda a linha de fornos micro-ondas e lava-louças das marcas Brastemp e Consul.

Manaus, sexta-feira, 3 de agosto de 2012.

IPI maior reflete na produção de splits (continuação)

Medida do governo saiu em maio

A tão comemorada iniciativa do governo federal de garantir a presença de splits fabricados em Manaus no mercado nacional foi anunciada no final do mês de maio deste ano. A "ajuda", publicada na edição de 31 de maio do Diário Oficial da União (DOU), eleva para 35% o IPI para motos, micro-ondas e condicionadores de ar split. A medida é uma resposta aos empresários da Zona Franca de Manaus (ZFM), que reclamavam da concorrência desleal com os similares importados.

O assunto foi discutido em Brasília entre o governo federal, o empresariado local e o superintendente da Zona Franca de Manaus (Suframa), Thomas Nogueira. Na ocasião, foram discutidas medidas que pudessem manter a competitividade do PIM que se viu ameaçado pelo aumento das importações (em casos como dos condicionadores de ar split, a produção local chegou a zero). A medida passou a valer em 1º de setembro.

Confiança

"O que foi desenhado pelo governo federal a fim de deixar compatíveis os níveis de concorrência com os importados nos permitiu apostar na nossa indústria e no Polo Industrial de Manaus", finalizou o gerente-geral de Manufatura da Whirlpool em Manaus, Evandro Cavalieri, quando questionado se a medida era suficiente para incentivar a fabricação de splits no PIM.

Manaus, sexta-feira, 3 de agosto de 2012.

Dívida ativa

Projeto da Sefaz prevê modernização do fisco

Em trâmite na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (Aleam), o Projeto de Lei Complementar 12/2012, enviado pela Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), é alvo de muita polêmica. Isso porque o projeto modifica o processo de inclusão do contribuinte em débito com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na dívida ativa do Estado.

Enquanto a Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Amazonas (OAB-AM), diz que o projeto exclui o direito de defesa do contribuinte, ao ferir os princípios constitucionais, a Sefaz garante que o projeto trata da modernização do fisco estadual e é constitucional.

Pela teoria apresentada pelo presidente da OAB-AM, Fábio Mendonça, o projeto traz prejuízo ao contribuinte, porque os débitos fiscais serão inscritos na dívida ativa sem o prévio procedimento administrativo e tributário. Isso, segundo ele, impede o princípio da ampla defesa e gera insegurança jurídica quanto à certeza da liquidez do débito.

De acordo com a Sefaz, por meio da assessoria, o projeto não fere o princípio da Constituição, informou a assessoria.

pio da Constituição Federal, uma vez que quem informa ao fisco estadual os débitos é o próprio contribuinte. Trata-se, segundo a Sefaz, de um projeto de modernização do fisco estadual quanto à cobrança de débitos relacionados ao ICMS.

Pelo trâmite legal, o contribuinte é quem informa à Sefaz o valor devido de ICMS e tem 90

POLÉMICA

Enquanto a OAB-AM diz que o projeto exclui o direito de defesa do contribuinte e fere os princípios constitucionais, a Sefaz garante que a medida é legal e moderniza o fisco

dias para pagar o débito. Conforme a Sefaz, caso o projeto seja aprovado, a inscrição na dívida ativa só acontecerá quando o contribuinte deixar de pagar. Se a secretaria encontrar divergências entre o valor informado e o devido, é gerado um procedimento administrativo em que é dado o direito a defesa, como determina a Constituição, informou a assessoria.

Manaus, sexta-feira, 3 de agosto de 2012.

CAPA

ECONOMIA

Amazonas registra queda nas vendas de motocicletas no mês de julho

Números contabilizados pela Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrade) mostram que a venda de motocicletas caiu 40% em julho no Estado, na comparação com o mesmo mês de 2011.

PÁG 10

Manaus, sexta-feira, 3 de agosto de 2012.

Mercado de moto tem pior resultado em cinco anos

▼ Vendas caíram 40% no Amazonas em julho, indica levantamento

TEXTO Henrique Saunier
FOTO Nathalie Brasil

MANAUS

Com 1.664 unidades comercializadas, julho de 2012 teve o pior resultado para o mercado de motocicletas no Amazonas dos últimos cinco anos e retração de 40% na comparação com o ano passado. Há um ano, julho passava por uma situação oposta, com a venda recorde para o mês de 2.774 motos. Os dados são da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrade).

A entidade identificou, ainda, uma retração na evolução de junho para julho, quando foi registrada uma queda de 16% no mercado.

No acumulado do ano, o resultado foi igualmente negativo para as concessionárias de motocicletas do Estado. A redução nas vendas de motos foi da ordem de 11% de janeiro a julho, frente o mesmo intervalo de 2011. No período, foram 12,4 mil unidades comercializadas, contra 13,4 mil do ano passado.

"A gente sente uma procura grande do cliente por motocicletas mas, ao mesmo tempo, percebemos uma forte retração de crédito dos bancos. As concessionárias estabeleceram conversas com os bancos, mas até agora não houve uma mudança", disse o gerente geral da Manaus Motocenter, Luis Abdalla.

O executivo reconhece o cenário mostrado pela Fenabrade e afirma que o setor tem trabalhado para que as vendas não caiam ainda mais. "Ninguém mais está falando em crescer, mas pelo menos seguir, estabilizar esse resultado.

OS NÚMEROS

40

▼ **porcento** foi a queda na venda de motos em julho **deste ano** na comparação com igual mês do ano passado no mercado amazonense, de acordo com informações da Fenabrade.

O próprio cenário externo, o mercado em baixa mete medo em quem quer comprar. Acredito que os governantes estão fracos e não estão dando a devida atenção ao assunto e, talvez, quando queiram resolver seja muito tarde e o prejuízo maior", completou.

O gerente-geral da Braga Motos, Hector Duran, destacou a queda de cerca de 21% na venda de motos relacionada à restrição do crédito. "Temos uma camada de clientes que não procura mais porque o cadastro não é aprovado e outra onde o banco só aprova com entrada, mas ele não possui o dinheiro. Com isso, o parcelamento com cartão de crédito dobrou nesse período", observou. Além das medidas de desoneração tributária dos governos federal e estadual, o segmento de Duas Rodas aguarda o anúncio oficial da liberação de crédito por meio de um banco estatal.

Manaus, sexta-feira, 3 de agosto de 2012.

Mercado de moto tem pior resultado em cinco anos (continuação)

CONTRAMÃO

Mesmo com IPI menor, venda de carros cai

As vendas de automóveis e comerciais leves (como picapes) no Amazonas tiveram, em julho, um desempenho na contramão do mercado nacional. No País, com a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados, as vendas avançaram 22,04% em relação há um ano e os emplacamentos chegaram a 351 mil unidades, o maior número desde 1957, quando iniciou a série.

No Amazonas, foram comercializadas 2.957 unidades em julho, contra 3.086 em igual mês do ano anterior, uma queda

de 0,04%.

Os automóveis sofreram uma queda de 21,9% nas vendas, o pior resultado dos últimos três anos. O segmento de comerciais leves, por sua vez, caiu 10,5% em julho frente o mesmo mês de 2011. O presidente do Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos no Estado do Amazonas (Sincodiv-AM), João Braga Neto, explicou que a recuperação do segmento varejista de veículos está prevista para o segundo semestre de 2012, mas também sem aumento nas vendas se levado em

consideração o ano anterior. Ele também aponta como principal motivo do cenário ruim para as vendas a retenção ao crédito, com os bancos mais resistentes em função da taxa de inadimplência alta.

Dentre os modelos mais vendidos a no segmento de automóveis, o Celta (183 unidades), o Gol (136 unidades) e, Uno (206 unidades) são os campeões no mês de julho. O comportamento das vendas no mercado do Amazonas está no sentido contrário do resto do País, que apresentou uma alta de 22% no mês.

Rápidas

Projeto do Polo Naval é levado para evento Navalshore 2012

As articulações para a atração de potenciais investidores para o Polo Naval do Amazonas são o eixo da participação do governo do Estado na Navalshore 2012, maior evento do País da indústria naval, que reúne no Rio de Janeiro, de 1º a 3 de agosto, mais de 350 expositores nacionais e internacionais. O projeto de implantação do polo estima a movimentação de R\$ 1 bilhão e geração de 20 mil empregos na execução da primeira etapa.

Para o secretário executivo da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento do Amazonas (Seplan), Ronney Cesar Peixoto, o evento é uma oportunidade para que o projeto seja apresentado para um público especializado.